

Sul América Serviços de Saúde S.A.

CNPJ 02.866.602/0001-51

Relatório da Administração

Senhores Acionistas, Submetemos à apreciação de V.S.as as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), relativas ao exercício social encerrado em 31/12/2018, acompanhadas das respectivas notas explicativas e relatório dos auditores independentes. As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. **1. Conjuntura econômica:** A economia brasileira chegou ao fim de 2018 com uma melhor perspectiva para os próximos anos, mesmo não tendo apresentado sinais sólidos de retomada do crescimento ao longo do ano. O endividamento elevado, tanto do setor privado como do público, foi um dos principais direcionadores da lenta recuperação da economia, a despeito de alguns fundamentos saudáveis, como inflação e juros baixos. Ademais, a economia brasileira foi submetida a choques adversos durante o ano – greve dos caminhoneiros, plora do cenário internacional e incerteza política – que influenciaram negativamente o ciclo de recuperação iniciado ainda na segunda metade de 2017, levando a uma perda de força da atividade econômica em um ambiente de maior aversão ao risco e menor confiança. Estima-se que o produto interno bruto (PIB) em 2018 tenha crescido abaixo do estimado pelas projeções do início do ano, impactado por menores taxas de crescimento de consumo das famílias em função de um patamar de desemprego ainda elevado. Isso, somado a uma alta ociosidade do setor produtivo, não permitiu uma contribuição maior dos investimentos para a expansão do PIB. O segundo semestre do ano se mostrou mais promissor, indicando um ambiente mais favorável à retomada do crescimento. O cenário de emprego encerrou o ano com um saldo positivo de criação de vagas, após três anos consecutivos com fechamento de posições. A inflação, medida pelo IPCA/IBGE, fechou em 3,75%, o

segundo ano consecutivo abaixo da meta (4,5%) estabelecida pelo Banco Central, permitindo que a autoridade monetária reduísse a taxa básica de juros para níveis historicamente baixos. A perspectiva do avanço de reformas econômicas após a eleição presidencial provocou uma melhora nas condições financeiras. Os indicadores de confiança, tanto dos empresários quanto dos consumidores, voltaram a refletir o otimismo dos agentes em relação à evolução da economia, atingindo patamares próximos aos de períodos anteriores à recessão. O comprometimento com as políticas de reformas econômicas e fiscais será determinante para a manutenção deste otimismo observado. Além disso, as expectativas para a economia brasileira nos próximos anos apontam para um cenário de crescimento moderado, contando com um ambiente inflacionário benigno, favorecendo a manutenção da taxa de juros em patamares historicamente baixos. Os fundamentos do consumo devem ganhar força, em linha com o fortalecimento do emprego e da renda, enquanto os investimentos voltariam a se recuperar estimulados pelo aumento da confiança dos empresários em um ambiente institucional mais favorável aos negócios.

2. Principais informações financeiras:

(R\$ milhões)	2018	2017	Δ
Contraprestações efetivas	1.881,6	1.571,3	19,7%
Eventos indenizáveis líquidos	(1.821,0)	(1.515,2)	-20,2%
Resultado das operações com planos de assistência à saúde	60,6	56,1	8,0%
Resultado bruto	51,9	48,1	7,9%
Resultado financeiro líquido	17,7	29,3	-39,6%
Resultado antes dos impostos e participações	38,5	53,5	-28,0%
Resultado líquido	24,9	37,0	-32,6%

3. Comentário sobre o desempenho: Em 2018, as contraprestações efetivas totalizaram R\$1.881,6 milhões, 19,7% acima do ano anterior. Os eventos indenizáveis líquidos representaram uma despesa de R\$1.821,0 milhões, um aumento de 20,2% em comparação a 2017. O resultado das operações com

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em milhares de reais)

	Notas	2018	2017
Ativo			
Circulante		598.864	556.368
Disponível	–	3.989	10.978
Realizável	–	594.875	545.390
Aplicações financeiras	5	289.649	294.335
Aplicações garantidoras de provisões técnicas	–	256.684	264.250
Aplicações livres	–	32.965	30.085
Créditos de operações com planos de assistência à saúde	6	277.362	229.482
Contraprestações pecuniárias a receber	–	277.362	229.482
Créditos tributários e previdenciários	8	3.218	3.200
Bens e títulos a receber	7	24.594	17.190
Despesas antecipadas	–	52	1.183
Não circulante		67.484	59.660
Realizável a longo prazo	–	55.339	49.485
Créditos tributários e previdenciários	8	31.769	30.456
Ativo fiscal diferido	8	14.390	16.930
Depósitos judiciais e fiscais	13.1	9.180	2.099
Investimentos	9	12.079	10.084
Participações societárias pelo método de equivalência patrimonial	–	12.079	10.084
Outros investimentos	–	12.079	10.084
Imobilizado		5	7
Imobilizado de uso próprio	–	5	7
Não hospitalares/não odontológicos	–	5	7
Intangível		61	84
Total do ativo		666.348	616.028

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(em milhares de reais, exceto onde mencionado)

	Capital social	Reserva legal	Reserva estatutária	Total das reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Prejuízos/ Débitos acumulados	Total
Saldo em 01/01/2017	162.000	814	16.849	17.663	–	–	179.563
Aumento de capital conforme AGE de 29/03/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$30.000, com a emissão de 1.129.564.619 novas ações ordinárias	30.000	–	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital conforme AGE de 30/05/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$30.000, com a emissão de 1.128.219.198 novas ações ordinárias	30.000	–	–	–	–	–	30.000
Aumento de capital conforme AGE de 28/08/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$40.000, com a emissão de 1.493.624.876 novas ações ordinárias	40.000	–	–	–	–	–	40.000
Aumento de capital conforme AGE de 04/12/2017, a Companhia aumentou o capital social em R\$20.000, com a emissão de 753.394.449 novas ações ordinárias	20.000	–	–	–	–	–	20.000
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	61	–	61
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	36.972	36.972
Proposta da destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	1.849	–	1.849	–	(1.849)	–
Reserva estatutária	–	–	26.342	26.342	–	(26.342)	–
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,77 (em reais) por lote de mil ações	–	–	–	–	–	(8.781)	(8.781)
Saldos em 31/12/2017	282.000	2.663	43.191	45.854	61	–	327.915
Ajustes de avaliação patrimonial	–	–	–	–	(181)	–	(181)
Resultado líquido do exercício	–	–	–	–	–	24.902	24.902
Proposta da destinação do lucro líquido:							
Reserva legal	–	1.245	–	1.245	–	(1.245)	–
Reserva estatutária	–	–	17.743	17.743	–	(17.743)	–
Dividendos obrigatórios na proporção de R\$0,52 (em reais) por lote de mil ações	–	–	–	–	–	(5.914)	(5.914)
Saldos em 31/12/2018	282.000	3.908	60.934	64.842	(120)	–	346.722

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2018 e 2017

(Em milhares de reais, exceto onde mencionado)

1. Contexto operacional: A Sul América Serviços de Saúde S.A., denominada "Companhia", é uma sociedade anônima de capital fechado, domiciliada no Brasil, com sede na cidade de São Paulo, na Rua dos Pinheiros nº 1673, 8º andar, Pinheiros, autorizada pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) a funcionar com planos privados de assistência à saúde na segmentação médica hospitalar e/ou odontológica e a administração de serviços médicos, assim como: planejamento, assessoria e coordenação de planos de saúde e de outros benefícios, assessoria e regulação na liquidação de sinistros no ramo de planos de assistência médica e/ou hospitalar, podendo participar de outras sociedades, observadas as disposições legais pertinentes. Em 09/11/2007, a Companhia foi credenciada como operadora de planos privados de assistência à saúde, junto à ANS, na modalidade de administradora de serviços com fins lucrativos. A Companhia tem como acionista a Sul América Companhia de Seguro Saúde (CIA, SAUDE), com 100% de ações ordinárias, e tem como controladora indireta final a Sul América S.A. (SASA), a SASA é uma Companhia de capital aberto, controlada pela Sulespar Participações S.A. (SULASAPAR), com 50,87% de ações ordinárias, 0,01% de ações preferenciais e 25,86% de participação total, e publicou em 27/02/2019 no jornal Valor Econômico e Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas relativas ao exercício findo em 31/12/2018, elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Demonstrações Financeiras (IFRS) e também em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRI GAAP). **2. Apresentação das demonstrações financeiras:** 2.1. Base de preparação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis a entidades supervisionadas pela ANS e compreendem as normas emitidas pela ANS e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), quando referendados pela ANS, e estão sendo apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela Resolução Normativa ANS nº 418, emitida em 26/12/2016. O pronunciamento CPC 11, que trata do reconhecimento contábil dos contratos de seguros, ainda não foi aprovado pela ANS até a data dessas demonstrações financeiras e, dessa forma, estas demonstrações financeiras não podem ser consideradas em conformidade com o conjunto de normas emitidas pelo CPC. A Diretoria manifestou-se favoravelmente à emissão das presentes demonstrações financeiras em reunião realizada em 26/02/2019. 2.2. Base de mensuração: As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens reconhecidos nos balanços patrimoniais pelo valor justo: • Os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado (vide nota 5); • Os ativos financeiros disponíveis para venda (vide nota 5); 2.3. Moeda funcional e de apresentação: As demonstrações financeiras, os itens foram mensurados utilizando a moeda do ambiente econômico primário no qual a Companhia atua. As demonstrações financeiras estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **3. Principais práticas contábeis:** As práticas contábeis descritas a seguir foram aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nas demonstrações financeiras. 3.1. Resumo das práticas contábeis: As práticas contábeis mais relevantes adotadas são: 3.1.1. Apuração do resultado: O resultado é apurado pelo regime contábil de competência e considera: • As contraprestações líquidas, que correspondem aos valores repassados à Companhia, para pagamento dos custos dos planos de saúde administrados, são contabilizadas com base nas faturas apresentadas pelos fornecedores à Companhia e apresentadas nos recibos na forma de: • Os créditos tributários não são ajustados a valor presente. 3.2. Instrumentos financeiros: 3.2.1. Ativos financeiros: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.2.2. Passivos financeiros: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.3. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.4. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.5. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.6. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.7. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.8. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.9. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.10. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.11. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.12. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.13. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.14. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.15. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.16. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.17. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.18. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.19. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.20. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.21. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.22. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.23. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.24. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.25. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.26. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.27. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.28. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.29. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.30. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.31. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.32. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.33. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.34. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.35. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.36. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.37. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.38. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.39. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.40. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.41. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.42. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.43. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.44. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.45. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.46. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.47. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.48. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente. A redução ao valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual do ativo exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor recuperável. 3.49. Investimentos - participações societárias: Reconhecimento inicialmente pelo valor justo, ajustado pela redução ao valor recuperável, combinado com os seguintes aspectos: • Nas demonstrações financeiras, as participações acionárias em controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial; • O agio decorrente de aquisição: Os títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados são contabilizados pelo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos, as valorizações e desvalorizações sobre esses títulos e valores mobiliários são reconhecidos no resultado. Em alguns casos, títulos e valores mobiliários podem ser classificados nesta categoria, mesmo que não sejam frequentemente negociados, baseada na estratégia de investimentos e de acordo com a gestão de riscos documentada. 3.50. Impostos e despesas antecipadas: Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros representados por notas a receber, mensurados inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos das transações. Após o reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, ajustados, quando aplicável, por reduções ao valor recuperável. 3.51. Depósitos judiciais e fiscais: Os depósitos judiciais e fiscais são classificados no ativo não circulante e as atualizações monetárias sobre esse ativo são reconhecidas no resultado. 3.52. Redução ao valor recuperável: Ativos financeiros (incluindo recebíveis): Ativos financeiros não mensurados pelo valor justo por meio do resultado tem seu valor recuperável avaliado sempre que apresenta indícios de perda. Já ativos financeiros mensurados a valor justo têm perda após o reconhecimento inicial do ativo caso apresente efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados. Ativos não financeiros: Os saldos dos ativos não financeiros são revisados mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda ao valor recuperável. No caso de agio ou ativos intangíveis em desenvolvimento que ainda não estejam disponíveis para uso, o valor recuperável é estimado no mínimo anualmente.

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

continuação:

Sul América Serviços de Saúde S.A. | CNPJ 02.866.602/0001-51

Despesas financeiras:

Descrição

2018

2017

Desvalorização de cotas de fundos de investimentos e de títulos públicos e privados

(7)

–

Atualização monetária e juros da provisão de sinistros a liquidar em disputa judicial, provisão para ações judiciais e obrigações fiscais

(905)

47

Outras

(2.096)

(889)

Total

(3.008)

(842)

15.9. Imposto de renda e contribuição social:

O imposto de renda e a contribuição social calculados com base nas alíquotas oficiais estão reconciliados para os valores reconhecidos nas demonstrações de resultado, conforme demonstrados a seguir:

2018

2017

Descrição

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Lucro líquido antes da provisão para imposto de renda e de contribuição social

38.530

38.530

53.494

53.494

Despesas de imposto de renda e contribuição social às alíquotas oficiais

(9.633)

(3.468)

(13.374)

(4.814)

Alíquota nominal

25%

9%

25%

9%

Correntes:

Adições:

Provisão para ações judiciais e obrigações fiscais

(2.227)

(802)

(25)

(9)

Despesas indedutíveis

(786)

(50)

(357)

(95)

Provisão para redução ao valor recuperável

(411)

(148)

(3.090)

(1.112)

Reversão de provisão complementar de prêmio

–

–

(989)

(356)

Subtotal

(3.424)

(1.000)

(4.461)

(1.572)

Exclusões:

Atualização de depósitos judiciais

7

2

10

4

Resultado positivo com equivalência patrimonial

862

310

1.861

670

Reversão de provisões não dedutíveis

1.350

486

–

–

Descrição

Imposto de renda

Contribuição social

Imposto de renda

Contribuição social

Reversão da provisão sobre participações nos lucros

433

156

456

163

Outras

43

8

197

63

Subtotal

2.695

962

2.524

900

Prejuízo fiscal e base negativa:

Compensações

3.122

1.054

4.599

1.646

Subtotal

3.122

1.054

4.599

1.646

Redução de incentivos fiscais

524

–

607

–

Despesas com imposto de renda e contribuição social corrente

(6.716)

(2.452)

(10.105)

(3.840)

Diferidos:

Reversão de crédito tributário sobre prejuízo fiscal / base negativa

(3.113)

(1.051)

(4.599)

(1.646)

Constituição de crédito tributário sobre diferenças temporárias

1.078

462

3.933

1.416

Débito tributário sobre atualizações de depósitos judiciais

(7)

(2)

(10)

(4)

Constituição / (reversão) da redução ao valor recuperável

–

–

176

–

Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social diferido

(2.042)

(591)

(500)

(234)

Receitas (despesas) com imposto de renda e contribuição social

(8.758)

(3.043)

(10.605)

(4.074)

Alíquota efetiva

22,73%

7,90%

19,82%

7,62%

Alíquota efetiva combinada

30,63%

27,44%

16. Imposto de renda e contribuição social sobre ajustes alocados diretamente no resultado abrangente:

2018

Plano de pensão de benefício definido

Total

Base de cálculo

(274)

(274)

Imposto de renda

69

69

Contribuição social

24

24

Total

93

93

Líquido

(181)

(181)

Descrição

Plano de pensão de benefício definido

Total

Base de cálculo

92

92

Imposto de renda

(23)

(23)

Contribuição social

(8)

(8)

Total

(31)

(31)

Líquido

61

61

17. Conciliação entre lucro líquido e caixa gerado nas atividades operacionais:

2018

2017

Lucro líquido do exercício

24.902

36.972

Mais

Depreciações e amortizações

24

69

Juros e variações monetárias de provisões judiciais e obrigações fiscais

439

462

Outros

18

28

Menos

Resultado positivo de equivalência patrimonial

(3.449)

(7.445)

Juros e variações monetárias de depósitos judiciais e fiscais

(129)

(141)

Juros e variações monetárias de créditos a compensar

(1.294)

(7.950)

Atividades operacionais

Variação de aplicações

4.686

(117.667)

Variação de créditos das operações com planos de assistência à saúde

(47.880)

(81.818)

Variação de bens e títulos a receber

(8.498)

(6.429)

Variação de créditos tributários e previdenciários

(37)

(17.965)

Variação de ativo fiscal diferido

2.540

766

Variação de depósitos judiciais e fiscais

(6.952)

–

Variação de despesas antecipadas

1.131

(1.120)

Variação de débitos de operações de assistência à saúde

(2.028)

13.819

Variação de tributos e contribuições a recolher

15.909

1.649

Variação de provisões

3.450

3.883

Variação de provisões técnicas de operações de assistência à saúde

28.033

69.311

Variação de débitos diversos

(749)

3.991

Imposto de renda e contribuição social pagos

(10.872)

(5.628)

Caixa líquido consumido nas atividades operacionais

(756)

(115.213)

Diretoria: Diretor Presidente: Gabriel Portella Fagundes Filho. Diretores Vice-Presidente: André Luiz Lauzana dos Santos; Marco Antonio Antunes da Silva; e Maurício da Silva Lopes. Diretores(as): Alessandra Maia Marinho Basile; Ricardo Augusto de Campos Soares; Erika Fuga Rossi; Fabiane Reschke; Laenio Pereira dos Santos; Raquel Reis Correa Giglio; Reinaldo Amorim Lopes; Ricardo Bottas Dourado dos Santos; e Tereza Villas Boas Veloso.

Contador: Mauro Reis d'Almeida - CRC - RJ 066.620/O-7

Atuária: Manuelle Maggessi Garcez - MIBA/MTPS/2244

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da Sul América Serviços de Saúde S.A. **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sul América Serviços de Saúde S.A. em 31 de dezembro de 2018 e para o exercício findo em 2018. A administração da Companhia não possui conhecimento de fatos que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras da Sul América Serviços de Saúde S.A. no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – **ANS**. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade do Brasil. Não há qualquer relação de parentesco ou conexão entre a administração da Companhia e o auditor, ou a auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, identificar quaisquer distorções relevantes que possam comprometer a confiabilidade das demonstrações financeiras. Não há distorção relevante no relatório ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Agência Nacional de Saúde Suplementar – ANS, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorções relevantes. A Administração também é responsável por assegurar que a Companhia tenha a capacidade de manter a continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria:** Nossa responsabilidade é a de emitir um relatório de auditoria independente sobre as demonstrações financeiras da Companhia, com base no trabalho realizado, de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre

delectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso, • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos um entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos os procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de representação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 26 de fevereiro de 2019

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

Roberto Paulo Kenedi
Contador
CRC nº 1RJ 081.401/O-5

[illegible]

HBV ADMINISTRAÇÃO E PARTICIPAÇÕES S.A.
CNPJ nº 02.790.934/0001-08 - NIRE 35.300.157.435

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 12/02/2019

1. Data, Hora e Local: 12/02/2019; às 10h00; na sede da HBV Administração e Participações S.A., na Capital do Estado de São Paulo, no Rua Nelson George, nº 600, bairro Vila Olímpia, CEP 04546-000.

2. Presença: O presente documento foi publicado no DOESP e no Diário Comercial, nos dias 2 e 5 e 6/2/19. Presença de titulares de direito de voto representativos da totalidade do capital social, conforme assinaturas apostas na lista de presença. **3. Composição da Mesa:** Walter Guebara – Presidente; Luis Gustavo Haddad – Secretário. **4. Ordem do Dia:** (I) alteração do artigo 22 do estatuto social, a fim de tornar obrigatório o pagamento de dividendos aos acionistas a partir dos exercícios 2019; (II) previsão de reserva estatutária de lucros para o exercício 2019; (III) alteração do artigo 404/76; (IV) alteração do artigo 5º do estatuto social, para aumentar o valor do capital social, mediante capitalização do saldo de reserva de lucros, sem emissão de novas ações e com a manutenção das atuais participações societárias dos acionistas (artigo 169, §1º, da Lei nº 6.404/76); (V), em cumprimento ao disposto no artigo 199 da Lei nº 6.404/76, e (iii) análise e ajustes no balanço patrimonial da companhia, tendo em vista os dados apresentados pelo grupo. **Deliberações:** A maioria dos membros do conselho aprovou por unanimidade todos os pontos da pauta. **I.** A maioria dos votos, decidiram o seguinte: (I) Com o objetivo de aprimorar a governança da Companhia, detalharmente, e segurança jurídica sobre os direitos dos acionistas a respeito dos lucros e dividendos, e assegurar um adequado equilíbrio entre os referidos direitos e as necessidades das operações, investimentos e auto-financeamento da companhia, deliberamos que a distribuição de lucros e dividendos seja realizada somente após a realização de uma distribuição dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício; e (b) a constituição de reserva estatutária de lucros; (II) Alterar o artigo 5º do estatuto social, para aumentar o valor do capital social, mediante capitalização do saldo de reserva de lucros, sem a emissão de novas ações e com a manutenção das atuais participações societárias dos acionistas; (III) Prever a existência de uma reserva estatutária de lucros para o exercício 2019, com o objetivo de aumento no valor de R\$ 1.056.000,00; (III) Foram analisadas as informações constantes do relatório de administração financeira apresentado por Diretor da Companhia e arquivado na sede social. De acordo com esse relatório, a análise conjunta das projeções e números da Companhia e das sociedades investidas/participadas, e demais sociedades do grupo para o exercício de 2019 indica fluxo de caixa negativo para suportar investimentos aprovados que já estão em andamento e para as demais redes de atuação, portanto, a previsão e a adequação da distribuição de lucros e dividendos à situação financeira da Companhia, sociedades controladas e das demais sociedades do grupo recomendam que a apuração, declaração e pagamento aos acionistas de lucros e dividendos da Companhia e das sociedades por ela controladas e/ou sob controle comum relativos ao exercício de 2019 ocorra normalmente após o término do corrente exercício financeiro, bem como a distribuição de lucros e dividendos somente após a aprovação e a adequação da distribuição de lucros e dividendos à situação financeira da Companhia e das sociedades por ela controladas e/ou sob controle comum, prejudiciais e suspensos eventuais pagamentos intermediários e/ou antecipações; (IV) Instalação do conselho fiscal da Companhia com 3 membros, a pedido de Nelson Gebara, que indicou o Sr. Edmilson Santos de Souza, portador da Cédula de Identidade nº 17.777.780-1. Não foi autorizada por Nelson Gebara curriculum vitae do conselho fiscal, nem a apresentação de antecedentes criminais ou requisitos legais necessários para a instalação do conselho. Os demais membros do conselho foram oportunamente comprovados pela apresentação de documentação. Os demais membros do conselho não serão indicados por Walter Gebara no prazo de até 30 dias, mediante indicação e assinatura dos pertinentes termos de posse. **6. Documentos Arquivados na Sede Social:** Procurações; Relatório Financeiro produzido pelo Diretor Financeiro; Balanço Patrimonial da Companhia levantado em 30/09/2018; Votos apresentados por Walter Gebara e Nelson Gebara; Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 12/02/2019; Ata da Assembleia Geral Ordinária em 12/02/2019; Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 12/02/2019. Não havendo nada mais a ser tratado, foram encerrados os trabalhos e suspendeu-se a assembleia para a lavratura desta ata, em forma de resumo, nos termos do artigo 130, §1º, da Lei nº 6.404/76. Reaberta a sessão, esta foi lida e achada conforme protocolada e assinada pelos membros presentes. **Claudio Nelson Gebara e Nelson Nelson Gebara,** São Paulo, 12/02/2019. Ata registrada na JUCESP em sessão de 19/02/2019, sob o nº 89.563.19-0, Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

Lorenzetti S/A Indústrias Brasileiras Eletrometalúrgicas
CNPJ nº 04.614.282/0001-43 - NIRE 35.300.030.052

Extrato da Ata da Assembleia Geral Extraordinária em 31/01/2019

As 17h do dia 31/01/2019, realizou-se, na sede social, **Convocação:** publicados no Diário Oficial/DOESP nos dias 18, 19 e 21/01/2019, **Presença:** acionistas representando 58% do capital social. **Mesa:** Presidência: Sr. Aldo Alberto Lorenzetti e Sr. Alexandre José Lorenzetti Loupa, CNPJ nº 03.447.779/0001-05 e Sr. Erenilson José Lorenzetti, CNPJ nº 03.447.779/0001-05. **Deliberações Aprobadas por unanimidade:** Aproveitar por unanimidade e de forma definitiva a Incorporação da Lorenzetti Loupa Ltda., CNPJ nº 03.447.779/0001-05, à Lorenzetti S/A, inscrita no CNPJ nº 04.614.282/0001-43, e a incorporação de 25% das ações ordinárias e 25% das ações preferenciais de capital do lucro anual percebido anteriormente por unanimidade, e os Acionistas que, a todos os despeços com a extinção serão suportados por esta companhia incorporadora; b) Nos termos do artigo 227, § 5º da Lei nº 6.404/64, autorizar os Diretores da despesa a praticarem todos os atos necessários à incorporação, fazendo as comunicações, registros, transferências patrimoniais, atualizações de cadastro, insuflar e tudo o mais que for necessário para a completa implementação da incorporação aprovada; c) Determinar que um exemplar dos Anexos I e II seja arquivado em a JUCESP e um exemplar da Companhia. **Assinada e lida a ata:** do Sr. Aldo Alberto Lorenzetti, Presidente; Sr. Alexandre José Lorenzetti Loupa, CNPJ nº 03.447.779/0001-05, Secretário; Sr. Erenilson José Lorenzetti, CNPJ nº 03.447.779/0001-05, Secretário; Sr. Leonardo Aldo Alberto Lorenzetti, CNPJ nº 03.447.779/0001-05, Secretário; Sr. Sérgio de Freitas, São Paulo, 31/01/2019. **JUCESP** nº 116.213/19 em 21/02/2019. Gisela Simiane Czechin - Secretária Geral.

Global Moving Solutions Ltda. ME

CNPJ/ME nº 30.286.241/0001-00 - 35235236844

Regulamento Interno - Armazém Geral

A sociedade empresarial **Global Moving Solutions Ltda. - ME**, registrada na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP – sob NIRE 35235236844, inscrita no CNPJ/ME sob nº 30.286.241/0001-00, localizada na cidade de São Paulo, SP, na Rua Roberto Edwards, 171, Vila Ema, CEP 03277-400, neste ato representada por seu sócio e administrador, **Lucas Tavares Vieira**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 38.189.752-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 27.485.407.810, ambos residentes e domiciliados à Rua Pereira Barreto, 63, Bairro Germano, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06513-320, **Estabelece**, as normas que regerão sua atividade de Armazenamento de Mercadorias, da seguinte forma: **Artigo 1º**. Serão recebidos em depósito mercadorias nacionais e estrangeiras, já nacionalizadas, tendo como objetivo o exercício da guarda e conservação das mercadorias, a armazenagem, a armazenagem temporária, a armazenagem de terceiros. **Artigo 2º**. A seleção comercial entre o depositário e o depositante será definida no contrato de depósito, cujas cláusulas serão fixadas por livre acordo entre as partes, e que conterá, obrigatoriamente, o objeto, o prazo de armazenagem, o preço e a forma de remuneração pelos serviços prestados, os direitos e as obrigações do depositante e do depositário, a capacidade de expedição e a capacidade de recepção, o exercício da guarda e conservação das mercadorias, a armazenagem, a armazenagem temporária, a armazenagem de terceiros. Serviços acessórios serão executados desde que possíveis e desde que não sejam contrários às disposições legais. **Artigo 3º**. Ajuízo da direção, as mercadorias poderão ser recusadas nos seguintes casos: I - quando não houver espaço suficiente para seu armazenagem; e II - se, em virtude das condições em que elas se acham, puderem danificar as mercadorias já depositadas. **Artigo 4º**. A responsabilidade pelo armazenamento das mercadorias depositadas será do depositante, sendo que, em caso de danos, danos materiais ou danos morais, bem como por força maior. **Artigo 5º**. Os depósitos de mercadoria deverão ser feitos por ordem do depositante, do seu procurador ou do seu preposto e será dirigida à empresa, que emitirá um documento especial (denominado Recibo de Depósito) contendo quantidade, especificação, classificação, marca, peso e acondicionamento das mercadorias. **Artigo 6º**. As indenizações deverão ser em três meses, contados a partir da data do depósito ou da devolução das mercadorias, e serão calculadas pelo preço de mercado das mercadorias em bom estado. **Artigo 6º**. O cumprimento de obrigações de armazenagem e de armazenagem temporária, bem como o prazo de depósito, com a adoção do procedimento previsto no artigo 10 e parágrafos do Decreto nº 1.102/1903. **Artigo 7º. Condições Gerais** - Os seguros e as emissões de warrants serão regidos pelas disposições do Decreto nº 1.102/1903. O pessoal auxiliar e suas obrigações, bem como o horário de funcionamento dos armazéns e também os casos omissos serão regidos pelos usos e costumes das práticas comerciais, desde que não contrários à legislação vigente. São Paulo, 13 de junho de 2018. **Global Moving Solutions Ltda. - ME**. **Lucas Tavares Vieira**, Karina Silva.

Memorial Descritivo (artigo 1º, itens 1º a 4º, do Decreto nº 1.102/1903) Armazém Geral

Qualificação: **Global Moving Solutions Ltda. - ME**, registrada na Junta Comercial do Estado do São Paulo – JUCESP – sob NIRE 35235236844, inscrita no CNPJ/ME sob nº 30.286.241/0001-00, localizada na cidade de São Paulo, SP, na Rua Roberto Edwards, 171, Vila Ema, CEP 03277-400, neste ato representada por seu sócio e administrador, **Lucas Tavares Vieira**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG nº 38.189.752-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 27.485.407.810, e pela sócia **Karina Silva**, brasileira, solteira, empresária, portadora do RG nº 38.189.752-5 SSP/SP, inscrita no CPF/MF sob nº 27.485.407.810, ambos residentes e domiciliados à Rua Pereira Barreto, 63, Bairro Germano, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06513-320. **Capital Social:** R\$ 1.000,00 (um mil reais) **Segurança:** De acordo com a legislação vigente. **Capacidade:** Armazenagem temporária e armazenagem de terceiros, com capacidade de armazenagem de 25 toneladas. **Equipamentos:** Condições satisfatórias no que se refere à estabilidade estrutural e funcional, com condições de uso imediato. **Manutenção:** De acordo com as normas técnicas e normas, consoante a quantidade e a natureza das mercadorias, bem como os serviços propostos pelo regulamento interno e aprovados pelo profissional do budo técnico. **Natureza e Discriminação das Mercadorias:** Produtos em geral. **Armazenagem:** Armazenagem temporária e armazenagem de terceiros. **Armazenagem temporária:** Armazenagem temporária. **Armazenagem de terceiros:** Armazenagem temporária. **Armazenamento Conforme o Tipo de Armazenamento:** (1) uma empilhadeira à combustão, com capacidade de 2,5 tons, com torre de elevação de 4,30m, rodagem superelástica; e (1) uma paleteira manual, com capacidade de 2,0 tons. **Operações e Serviços a que se Propõe:** Armazenamento (entrada), descarga do veículo/contêiner; Recebimento de Nota Fiscal de Remessa de Armazenagem; Planejamento e execução de operações de armazenagem; Armazenagem temporária; Armazenagem de terceiros; Armazenagem; Relações com o Inventário. São Paulo, 13 de junho de 2018. **Global Moving Solutions Ltda. - ME** - Lucas Tavares Vieira, Karina Silva.

Global Moving Solutions Ltda.-ME, registrada na Junta Comercial do Estado de São Paulo - JUCESP – sob NIRE 3532638494, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 03.286.241/0001-00 localizada na cidade de São Paulo, SP, na Rua Roberto Eduardo, 171, Vila Ema, CEP 03277-040, presta os seguintes serviços e condições:

a) Representação por seu sócio e administrador; **Lucas Tavares Vieira**, brasileiro, solteiro, empresário, portador do RG n° 36.345.541-51, CPF nº 04.248.889-36, residente e domiciliado em São Paulo, SP, na Avenida Paulista nº 1572, apto. 2º andar, sala 201, bairro Bela Vista;

b) Prestar serviços de logística com endereço comercializado pelo nome fantasia “**Papetezaria**”, sob o CNPJ nº 38.189.572-5 SSP/SPP, inscrita no CFPMF sob o nº 47.548.070-00, ambos residentes e domiciliados à Rua Pereira Barreto, 63, Bairro Germano, Santana de Parnaíba, SP, CEP 06513-320, vem **Dedclar** os **Valores de Todos os Serviços Relacionados à Atividade de Armazenagem**: Carga Geral, 1ª Tarifa de movimentação (por período de 15 dias ou fração); Se carga/palete/toneleta = R\$ 17.000,- mais taxa de armazenagem mensal + 10% sobre valor da operação; 2ª Tarifa de movimentação (período superior a 15 dias ou fração (“paletizada”)); Por palete/toneleta/movimentação = R\$ 15.000,- A Tarifa de movimentação Manual (“paletizada”) tarifa por palete/toneleta ou fração = R\$ 22,00; 3ª Tarifa de movimentação/Manuseio de Contêiner (“in” e “out”); Por Contêiner (“in” e “out”) = R\$ 60.000. **Condições Gerais:**

a). Caberá exclusivamente a **Global Moving Solutions Ltda.-ME** definir os critérios de aplicação da Tarifa de Armazenagem e das Tarifas de Movimentação e Manuseio para as operações realizadas nas instalações comerciais dos clientes, bem como estabelecer suas respectivas modalidades e valores unitários aplicáveis às operações mercantiais. c) Os serviços poderão ser saturados, a exclusivo critério da **Global Moving Solutions Ltda.-ME**, nos 15 meses ou de cada mês, com prazo para pagamento de 10 dias. d). As Tarifas listadas neste documento terão validade para a atividade de **Logística Global Moving Solutions Ltda.-ME**. - localizadas na cidade de São Paulo, SP, na Rua Roberto Eduardo, 171, Vila Ema, CEP 03277-040. e. Os casos omissos serão resolvidos pela arbitragem instituída entre as partes mediante cláusula compromissória, regida pelo Regulamento Arbitral da ILCIAD/CIAC, tendo como sede a cidade de São Paulo, 13 de junho de 2018. **Global Moving Solutions Ltda.- ME**; Lucas Tavares Vieira Karina Silva JUCESP nº 064983/19-2 em 21/01/2019. Flávia R. Britto Gonçalves - Secretária Geral.

OPORTUNIDADE

Brasil teve 2º melhor desempenho em empreendedorismo em 2018

Pequisa registrou que 2 em cada 5 brasileiros entre 18 e 64 anos tinham planos de ter um negócio

Cerca de 52 milhões de brasileiros em idade produtiva estavam envolvidos com alguma atividade empreendedora no ano passado. É o que mostra a pesquisa GEM (Global Entrepreneurship Monitor), realizada em 49 países e que, no Brasil, contou com o apoio do Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae). Esse foi o segun-

do melhor desempenho para a taxa de empreendedorismo brasileira desde 2002, quando o índice começou a ser medido.

Em 2018, 2 em cada 5 brasileiros entre 18 e 64 anos estavam à frente de uma atividade empresarial ou tinham planos de ter um negócio. A pesquisa mostra que a taxa total de empreendedorismo, que reúne novos empreendedores e donos de negócios já

estabelecidos, chegou a 38%.

Segundo o Sebrae, nesse contexto, uma das informações mais importantes reveladas pela pesquisa é que o empreendedorismo por oportunidade, verificado quando os empresários abrem negócio motivados pela identificação de uma oportunidade de mercado, registrou o melhor resultado dos últimos quatro anos (61,8%).

A pesquisa também revelou um crescimento do público jovem (18 a 24 anos) entre os novos empreendedores. De 2017 para 2018, a participação dessa faixa etária subiu de 18,9% para 22,2% do total de empreendedores que iniciavam uma atividade empresarial, com negócios (formais ou informais) de até 3,5 anos.

A taxa de empreendedo-
rismo inicial (da sigla em

inglês TEA) começa a decair a partir dos 45 anos, chegando a 9,7% na faixa dos 55 a 64 anos. Entretanto, mesmo com uma taxa menor, a pesquisa GEM revela que o contingente de pessoas com mais de 55 anos iniciando um negócio é de quase 2 milhões de empreendedores.

Em relação às taxas de empreendedores iniciais e estabelecidos, a pesquisa GEM indicou que a TEE

(estabelecidos) com 20,2%, superou a TEA (iniciais) em pouco mais de 2 pontos percentuais. Com isso, é possível avaliar que 2018 foi um ano em que, majoritariamente, os empreendedores atuaram de forma a consolidar os negócios criados em períodos anteriores, ou seja, um certo contingente de empreendedores iniciais tornou-se estabelecido, informou o Sebrae.